



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PRONERA**

MARIA VICÊNCIA PRIMA DE ARAÚJO

**TESSITURAS DA MEMÓRIA: REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS NO
TOCANTINS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025**

Maria Vicência Prima de Araújo

Tessituras da memória: reforma agrária e conflitos no Tocantins

Trabalho de conclusão de curso apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social Pronera.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Negreiros de Araújo

Miracema do Tocantins, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A663t Araújo, Maria Vicêncio Prima de.
Tessituras da memória: reforma agrária e conflitos no Tocantins. /
Maria Vicêncio Prima de Araújo. – Miracema, TO, 2025.
35 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social -
Pronera, 2025.

Orientador: Rosemary Negreiros de Araújo

1. Reforma Agrária. 2. Conflitos no Tocantins. 3. Minhas
Memórias. 4. Serviço Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MARIA VICÊNCIA PRIMA DE ARAÚJO

TESSITURAS DA MEMÓRIA: REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS NO
TOCANTINS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social/Pronera foi avaliado para a obtenção do título de bacharelado em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo(a) Orientador(a) e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 08/04/2025.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rosemary Negreiros de Araújo – Orientadora – UFT

Profa. Dra. Maria José Antunes da Silva – Examinadora – UFT

Profa. Dra. Maria Helena Cariaga Silva – Examinadora - UFT

Dedico este trabalho a minha família e ao esposo, pelo amor e apoio constantes ao longo da trajetória acadêmica; aos amigos, pelo companheirismo e momentos de alegria em tempos de desafios; aos profissionais da educação e à coordenação pedagógica, cuja dedicação e sabedoria contribuíram para a formação em Serviço Social; aos colegas, cuja luta e resiliência inspiraram a busca por transformação social; e ao ex-deputado Célio Moura, que, quando o programa do Pronera já não dispunha de recursos, ele apoiou com recursos, possibilitando a sua continuidade. Por fim, dedico este trabalho a todos que vão ler e conhecer um pouco da minha vivência acadêmica e profissional, que tem como bandeira o fortalecimento da luta por um mundo mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para realização de conclusão de curso intitulado programa de educação na área da reforma agrária (PRONERA).

Agradeço primeiro minha orientadora Rosemary Negreiros de Araújo, cuja orientação, paciência e cuidado foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua dedicação e compromisso com a minha formação foi verdadeiramente inspiradora.

Agradeço aos professores do curso. Às coordenadoras professoras Dra. Maria José Antunes e Dra. Josenice Ferreira. Aos colegas do curso de Serviço Social, que durante o curso, pudemos nos conhecer melhor durante os cinco anos de convivência.

Agradeço ao nosso nobre ex-deputado Célio Moura, o qual contribuiu através de emenda parlamentar para o andamento do curso.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins UFT/Miracema por nos acolher.

Um agradecimento especial aos participantes do Programa de Educação na Área de Reforma Agrária (Pronera), aos professores, ao movimento sem-terra (MST), que generosamente compartilhou suas vivências e histórias, coragem e determinação em lutar por direitos e pela dignidade humana. Foi uma motivação constante para minha formação profissional,

Por fim, agradeço em especial meu esposo, Raimundo Amâncio, minha família, meus colegas de curso e em especial, Cleoma e ao Lucas que estiveram ao meu lado nessa caminhada oferecendo suporte e incentivo nos momentos de desafio na minha vida.

RESUMO

O artigo de conclusão de curso em Serviço Social intitulado “Tessituras da memória: reforma agrária e conflitos no Tocantins (TO),” apresenta a trajetória de vida desta autora, em diálogo com as complexas dinâmicas que envolvem a luta pela terra no Brasil e Tocantins, com foco especial nas implicações sociais, econômicas e políticas dessa problemática. Através da trajetória de minha vida, esta pesquisa se fundamenta na premissa de que, a reforma agrária é uma questão central para a promoção da justiça social e a redução das desigualdades no campo, onde a concentração de terras e os conflitos agrários permanecem como desafios persistentes. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e aponta para a urgência de um compromisso político e social para com a justiça agrária, destacando a importância da formação de redes de apoio e solidariedade entre os diversos atores envolvidos na luta pela terra. Em suma, o artigo contribui para o entendimento das complexidades da reforma agrária e dos conflitos no campo, oferecendo uma perspectiva crítica que pode servir como base para futuras pesquisas e formulações de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade e justiça social no Brasil.

Palavras-chave: Memória e história de vida. Reforma Agrária. Conflitos no campo no Tocantins.

ABSTRACT

The undergraduate thesis in Social Work entitled "Weavings of Memory: Agrarian Reform and Conflicts in Tocantins (TO)" presents the life trajectory of the author in dialogue with the complex dynamics surrounding the struggle for land in Brazil and in the state of Tocantins, with particular focus on the social, economic, and political implications of this issue. Through the lens of my personal journey, this research is grounded in the premise that agrarian reform is a central issue for promoting social justice and reducing inequalities in rural areas, where land concentration and agrarian conflicts remain persistent challenges. The study adopts a qualitative approach and emphasizes the urgency of a political and social commitment to agrarian justice, highlighting the importance of building networks of support and solidarity among the various actors involved in the land struggle. In summary, the paper contributes to the understanding of the complexities of agrarian reform and rural conflicts, offering a critical perspective that can serve as a foundation for future research and the development of public policies aimed at promoting equity and social justice in Brazil.

Keywords: Life history and memory. Agrarian Reform. Land conflicts in Tocantins.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	MINHAS MEMÓRIAS: MINHA VIDA MARCADA PELO CONFLITO AGRÁRIO COMO ASSENTADA DA REFORMA AGRÁRIA PARA A UFT/MIRACEMA	
		11
2.1	Minhas reflexões sobre reforma agrária a partir de referências bibliográficas	21
2.2	Sobre a reforma agrária no Tocantins	24
2.3	Breves apontamentos sobre violência e conflitos no Tocantins	28
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como ponto de partida minha trajetória de vida, através de minhas memórias. Ao buscar relembrar, rememorar sobre a minha vida desde a infância, na relação com a família e o mundo em que vivíamos, utilize referências bibliográficas para dialogar com aspectos da história local, regional e nacional no que diz respeito aos conflitos agrários e a reforma agrária, vivenciados por mim e minha família.

As referências bibliográficas utilizadas contribuíram com a contextualização dos relatos, do que foi vivenciado por mim e minha família, com temas que estiveram diretamente ligados a nossas vidas, o da reforma agrária e os conflitos. Portanto, este texto é a contextualização histórica de minha vida. Apresenta, dessa forma, a vida, memória e história.

Sobre a questão da memória, Halbwachs (2003, p. 30) enfatiza que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais, só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”. Bosi (1994) compartilha da compreensão de uma memória não só individual, quando afirma que,

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. (BOSI, 1994, p. 417).

Fazer um memorial é, então, um exercício sistemático de escrever a própria história, rever a própria trajetória e aprofundar a reflexão a respeito de sua vida, fazendo uma reflexão sobre a reforma agrária e os conflitos no campo, que são temas de grande relevância no Brasil, especialmente no Estado do Tocantins, onde a dinâmica agrária é marcada por uma complexa interseção entre desenvolvimento econômico, desigualdade social e luta por direitos.

Desde sua criação em 1988 o Tocantins tem enfrentado desafios significativos relacionados à concentração de terras e à marginalização de comunidades de pequenos agricultores, indígenas e comunidades tradicionais. Essa realidade leva a refletir sobre a urgência de uma pesquisa que aborde a reforma agrária e os conflitos agrários no estado, visando entender as especificidades locais e as vivências dos trabalhadores rurais.

O que me motivou a pesquisar sobre essa temática, levou em consideração duas razões. Uma delas foi poder contar a história da reforma agrária e os conflitos agrários no Tocantins, e, honrar a memória de minha família e de tantas outras que enfrentaram desafios semelhantes, na medida em que através da pesquisa bibliográfica e de um memorial sobre minha vida, trazer à tona as vozes que muitas vezes foram silenciadas, no sentido de poder contribuir para a construção de um futuro mais justo, onde o direito à terra e à dignidade humana sejam garantidos para todos.

A pesquisa também, parte do reconhecimento da importância da terra como um recurso vital para a sobrevivência e o desenvolvimento das comunidades rurais. A relação histórica de desigualdade na distribuição de terras no Brasil se reflete de maneira aguda no Tocantins, onde grandes propriedades rurais predominam, enquanto muitos pequenos agricultores lutam para garantir seu acesso à terra e as condições dignas de vida.

Nesse contexto, a reforma agrária se apresenta como uma proposta essencial para promover a justiça social e a inclusão. Além disso, os conflitos agrários no Tocantins não se limitam apenas à disputa por terras; eles envolvem questões de identidade cultural, preservação ambiental e direitos humanos. A presença de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), evidencia a luta por uma reforma agrária que não apenas redistribua terras, mas também promova a dignidade e o fortalecimento das comunidades rurais.

A resistência e as estratégias de enfrentamento adotadas por essas comunidades são fundamentais para compreender a dinâmica dos conflitos agrários no Tocantins. Ao investigar a reforma agrária e os conflitos no campo no Tocantins é, portanto, um passo crucial para iluminar as vozes dos trabalhadores rurais e contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes.

O presente trabalho tem como objetivo, compreender de forma crítica as ações implementadas até o momento, bem como a identificação de lacunas e oportunidades para avanços significativos na luta por direitos agrários. Com isto, visa explorar as especificidades da reforma agrária e dos conflitos no campo no estado do Tocantins, analisando suas causas, consequências e possíveis caminhos para a construção de um futuro mais equitativo.

Assim, ao oferecer uma perspectiva abrangente sobre a luta pela terra e pela dignidade no Tocantins, esta pesquisa busca não apenas compreender uma realidade

complexa, mas também contribuir para a promoção de soluções que garantam a justiça agrária e o desenvolvimento sustentável para todos os cidadãos do Estado.

2 MINHAS MEMÓRIAS: MINHA VIDA MARCADA PELO CONFLITO AGRÁRIO COMO ASSENTADA DA REFORMA AGRÁRIA PARA A UFT/MIRACEMA

Sou Maria Vicêncio Prima de Araújo, negra, mãe e avó de três netos, assentada da reforma agrária, nascida na cidade de Araguaína/TO. Fui criada na região de São Geraldo do Araguaia/PA. Sou filha de uma quebradeira de coco, uma mulher forte e resiliente que dedicava suas manhãs à colheita e quebra dos cocos para extrair o óleo que sustentava nossa família. Vi de perto como suas mãos calejadas e seus olhos determinados refletiam a luta diária por nossa sobrevivência. O coco não era apenas um fruto, era a fonte de nosso alimento e a base do nosso sustento.

Minha mãe ensinou-me a importância do trabalho duro e do valor da terra. Cada coco quebrado era uma pequena vitória e cada gota de óleo extraída trazia esperança. Ela não se limitava a cuidar apenas da casa; estava sempre na labuta, buscando formas de fazer cada centavo contar. Muitas vezes, levava os produtos de nossa colheita para vender na cidade vizinha, enfrentando longas distâncias e o sol escaldante, tudo por nossa família.

Lembro-me das histórias que ela contava sobre como cada venda ajudava a colocar comida na mesa, a garantir o necessário para a escola e, muitas vezes, a comprar alguma coisa especial para nós. O cheiro do óleo de coco, quente e fresco, invadia nossa casa e se misturava às risadas, às conversas e a um espírito de comunidade que ela cultivava com nossas vizinhas.

Sua força e determinação me inspiraram profundamente e moldaram quem sou hoje. Aprendi desde cedo que, assim como o coco, a vida pode ser dura, mas também traz suas recompensas. Minha mãe foi uma verdadeira guerreira, e suas lições sobre resiliência e amor pelo trabalho permanecem comigo, guiando-me a valorizar cada conquista, não importa quão pequena seja. Minha infância e juventude foram sempre na colônia marcada pelo conflito da reforma agrária, no estado do Pará, numa localidade chamada “lote 08”, no município de Geraldo, que hoje é município de Piçarra.

Tive uma infância muito difícil. Éramos sete irmãos pequenos e meu pai sofria muito. Lembro-me que as costas do meu pai criavam feridas que passavam dias para cicatrizar devido a ele transportar a feira pesada em suas costas. Ele percorria uma distância de 40 km até onde morávamos.

Meu pai não podia sair para trabalhar porque precisava fazer o trabalho de militância, podendo apenas trabalhar em mutirão, porque era uma forma de se proteger e estar sempre junto com os companheiros, então, vivíamos uma vida de muitas dificuldades financeiras, tendo apenas o básico para vivermos.

Nessa condição de subalternidade, a maioria absoluta do campesinato brasileiro entrega a riqueza produzida com seu trabalho ao capital, vivendo em situação de miséria. Essa miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que, depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território. Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada. Como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos (FERNANDES, 2012, p. 747).

O que nos deixava feliz era poder brincar de roda, dança da carrapeta, ciranda, pular corda, se esconda, cair no poço e muitas outras brincadeiras. Fazíamos arapuca, jogávamos pedra de baladeira, usávamos os buldoques¹ que meu pai fazia para nós. Eu e minha irmã brincávamos de boneca de milho, nunca tivemos uma boneca artificial, nem meus irmãos puderam brincar de carrinho de plástico, pois meu pai não tinha condições de comprar, mas eu era feliz na simplicidade.

Sou a mais nova dos meus dezenove irmãos e na época morávamos em uma área de conflito na luta pela terra. Naquela época, vivíamos na região de São Geraldo, uma área marcada pela luta, pela terra e pelo conflito. As tensões eram palpáveis e a vida era permeada por um sentimento de resistência e esperança. Meu pai sempre foi um homem de princípios, engajado na luta por justiça e igualdade. Ele se uniu aos companheiros da guerrilha do Araguaia, acreditando que a terra deveria pertencer àqueles que dela vivem e trabalham.

As noites eram longas e cheias de incertezas, mas também de conversas acaloradas sobre ideais e sonhos de um futuro melhor. Eu o via sair, determinado, e sentia uma mistura de orgulho e medo. Acreditávamos que a luta era necessária, que estávamos defendendo não apenas a nossa terra, mas um direito fundamental a uma vida digna.

¹ Popularmente chamado Buldoque, na região em que habitava. Bodoque é um instrumento que atira pedras, composto por um arco com um elástico esticado e preso nas extremidades, acionado por um gatilho; também chamado de estilingue, atiradeira. Dicionário online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/bodoque/>. Acesso em 10/02/2025. Mencionado na música popular brasileira na canção de Chico Buarque de Holanda, Nara Leão e Sivuca, intitulada João e Maria.

Os dias eram marcados por dificuldades, mas também pela solidariedade entre os vizinhos, que compartilhavam os mesmos ideais de liberdade e justiça. A coragem de meu pai e seus companheiros sempre foi uma luz na escuridão, uma inspiração que nos mostrava que a luta pela terra era mais do que uma questão política; era uma luta pela sobrevivência e pela dignidade do nosso povo. Essa vivência moldou minha compreensão sobre a realidade em que vivemos e a importância de lutar pelos nossos direitos.

Meu pai era militante do movimento sindical, uma figura que sempre esteve à frente na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores. Desde muito cedo, aprendi com meu pai sobre a importância da justiça social, da igualdade e do compromisso com a luta coletiva. Ele acreditava que a terra não apenas deveria ser um espaço de cultivo, mas um lugar onde o respeito e a dignidade pudessem florescer para todos.

A conexão do meu pai com os guerrilheiros do Araguaia mostrava como a luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores estava interligada. Juntos, eles se uniram em defesa de um ideal maior, em busca de transformação social em um contexto de opressão e desigualdade. As histórias que ele contava sobre os desafios enfrentados, as reuniões clandestinas e a solidariedade entre os companheiros eram marcadas por uma bravura que moldou minha percepção da luta por justiça.

Cresci em um ambiente onde a luta era uma parte intrínseca da nossa rotina. As reuniões familiares frequentemente se tornavam debates e orientações sobre direitos, políticas e a necessidade de resistência contra as injustiças. O que me ensinou não só a importância da terra, mas também do coletivo, da força em união e da coragem em defesa do que é justo.

Ser filha de um militante do movimento sindical é carregar um legado de luta e esperança. É entender que a defesa da terra e dos direitos trabalhistas é um ato de resistência que transcende gerações. A bravura de meu pai e seus companheiros continua a ecoar em mim, motivando-me a lutar por um mundo mais justo e igualitário, onde todos possam ter voz e um lugar ao sol.

Quando meu pai fazia a travessia dos guerrilheiros estava correndo risco de morte, pois ninguém podia saber que ele era amigo da Dina², como era conhecida

² Dinalva Conceição Oliveira Teixeira cursou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e residiu, naquele período, na Casa do Estudante Universitário. Participou ativamente do movimento estudantil nos anos de 1967/68, sendo, por isto, presa. Em 1969 casou-se com Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio), transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhavam no Ministério de Minas e Energia. Dinalva pertencia, também, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira. Lembro-me que ela chegou a se esconder em nossa casa. Dina faleceu na guerrilha e no ano seguinte, após o término da guerrilha, foi feita uma busca por suas ossadas dentro do Rio Araguaia em frente à cidade de Xambioá e São Geraldo do Araguaia, no Pará, porém, nada foi encontrado.

Deste grupo de guerrilheiros, restou apenas seu Amaro que era carioca, morou um tempo na Colônia e depois se mudou para a cidade de São Geraldo, no Pará. Quando íamos buscar água para encher os potes, nos deparávamos com os guerrilheiros. Tínhamos medo porque eles estavam com roupas rasgadas, cabelos e barbas crescidas, e a gente dizia que eram os “Cape lobo”³.

Com o decorrer do tempo, recordo que no ano de 1979, um grupo de moradores ocupou uma área que se tornaria um marco na história da comunidade. Nesse espaço, havia uma antiga casa de pedra natural, que não apenas se destacava pela sua robustez e beleza, mas também desempenhava um papel fundamental na vida das crianças locais. A casa, com suas paredes frias e acolhedoras, era utilizada como um abrigo improvisado, oferecendo um agasalho seguro para as crianças que viviam nas proximidades.

Durante os dias mais frios, esse local se transformava em um refúgio, onde os pequenos podiam se reunir para brincar e encontrar proteção contra as intempéries. Com o passar do tempo, essa casa se tornou um símbolo de resistência, representando não apenas um espaço físico, mas também um lar emocional para aqueles que ali se abrigavam. Quando era dia de muito conflito entre trabalhadores e pistoleiros, minha mãe escondia meus irmãos e eu, nessa casa. Minha mãe fazia a comida às pressas e de qualquer jeito, para nos alimentarmos na casa de pedra.

Neste tempo uma das minhas irmãs mais velhas separou do marido, ele não aceitou e começou a espioná-la. Meu pai ia para os mutirões e tinha que levá-la. Certo dia ela pensou que ele tinha ido embora e nesse dia tinha um mutirão na casa do seu Arlindo e meu pai insistiu para ela ir, mas ela não foi. Quando meu pai e meu irmão saíram, ele invadiu a casa e a assassinou com um tiro e três facadas, deixando os

maio de 1970, ela e o marido foram para o Araguaia, onde ela passou a utilizar o codinome Dina e a compor o Destacamento C, chegando a ser vice-comandante. Exerceu várias atividades, sendo a mais conhecida, a de parteira. Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região do Araguaia e, sobre ela e Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), existem muitas lendas e mitos. Disponível em <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/dinalva-oliveira-teixeira/>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.

³ Termo regional, o Capelobo é uma criatura do folclore brasileiro que é descrita como uma mistura entre humanos e outras espécies animais. A lenda é muito comum nos estados do Maranhão e Amazonas. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capelobo>.

três filhos órfãos. Isso me dói até hoje, porque só tinha crianças e implorávamos para ele não a matar e mesmo assim ele a matou e quase mata minha mãe também, naquele desespero e implorando. Esta cena nunca saiu da minha cabeça.

Nesta época quem ajudava os posseiros, eram os padres. Eles levavam remédio de vermes para nós. Lembro-me de todos. Padre Aristides, missionária Fernanda, padre Miguel, missionária Martinez. Passado algum tempo, prenderam os padres e treze posseiros. Continuávamos sem escola. Minha irmã que alfabetizava meus vizinhos, meus irmãos e eu.

Quando o companheiro Raimundo conhecido como Gringo⁴ foi assassinado, foram os companheiros desse grupo que meu pai fazia parte que acolheram sua esposa e o casal de filhos. Ela ficava um dia em uma casa, no outro dia ia para outra casa, e mesmo com o marido assassinado, ela continuou na luta. Tornou-se diretora das escolas das colônias, aproveitou o espaço para puxar uma escolinha para as crianças do assentamento e conseguiu uma professora. Isso indica a reação das classes sociais, a dinâmica da vida social do povo que aprendeu e segue aprendendo várias maneiras de lutar pela vida. A luta de classes se expressa em todos os âmbitos de nossas vidas, frente ao poder de mando que as classes dominantes impõem.

A educação do campo, por exemplo, é fruto destas reivindicações, uma vez que, tudo aquilo que diz respeito aos meios para que a escola contribuísse para alcançar os fins de uma formação humana, livre e universal, foi negada ou ocorreu/ocorre de maneira limitada no interior da sociedade capitalista.

Em sintonia com Carlos Rodrigues Brandão, um dos autores que contribuíram para a construção do paradigma da Educação Popular, um dos teóricos que ajudaram a explicar, complementar e difundir o legado da Pedagogia Libertadora-Freireana, citado por Camacho:

Carlos Rodrigues Brandão auxilia na compreensão de que a Educação é um processo de humanização que vai além do processo de escolarização, ou

⁴ Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido como “Gringo”, foi um sindicalista e agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que foi assassinado em 1980. Ele foi perseguido e preso várias vezes durante a Guerrilha do Araguaia. Quando foi assassinado, em 1980, a Lei da Anistia já havia sido promulgada pelo então presidente General João Baptista Figueiredo, sendo assim, concedido o perdão àqueles que haviam cometido os considerados crimes políticos durante o regime militar. Contudo, em maio de 2018, documentos revelados pela CIA (agência de inteligência dos Estados Unidos) indicam que em 1974 o então presidente Ernesto Geisel havia feito um memorando que autorizou o exército a continuar a realizar execuções contra os opositores do regime militar no Brasil, especificando que essas ações deveriam ser realizadas contra aqueles que eram considerados “perigosos e subversivos”. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Ferreira_Lima#:~:text=3%20Refer%C3%A3ncias-Morte,de%20Gringo%20seria%20uma%20retalia%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 12/03/2025.

seja, temos processos de educação não-formal e de educação formal, ambas, reivindicadas como parte constitutiva da Educação do Campo. De acordo com Saviani (2020): “A Educação Popular desempenha papel fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica, como instrumento de luta pela libertação da dominação capitalista¹”. A identidade da Educação do Campo tem seu fundamento nas lutas socioterritoriais e na Educação Popular-Freireana. Esta é a Informação verbal: 19 de outubro de 2020, Webinar organizada pela Escola Nacional Florestan Fernandes (CAMACHO, 2024, p. 53).

Como não tinha um espaço para a escola, a escola era na casa dela, não havia carteiras, por isso os pais tiveram que confeccionar os bancos. O tempo passou e continuei estudando, porém, a professora não gostava de mim e começou a me maltratar, isso quando eu tinha 10 anos. Frequentava uma escola onde as sombras do preconceito e da discriminação eram parte do meu dia a dia. Lembro-me especialmente da minha professora, que deveria ser uma guia e um apoio, mas que, em vez disso, me tratava com crueldade. Ela me chamava de “macaca”, um insulto que refletia não apenas o preconceito dela, mas também a visão distorcida que algumas pessoas tinham sobre a minha cor e a minha condição.

Naquele ambiente, eu sentia que a professora não apenas não gostava de mim, como também não via meu valor como estudante e ser humano. A dor e a humilhação que isso causava eram intensas. Cada riso abafado dos colegas quando eu era chamada por aquele nome, me fazia sentir menor, como se a minha identidade e a minha origem fossem razões suficientes para o desprezo.

Mas, mesmo diante daquele desafio, algo começou a florescer dentro de mim. Eu percebi que a cor da minha pele e meu *background* não definiam quem eu era, nem meu potencial. Aquela experiência, embora dolorosa, se tornou uma força motriz. Eu aprendi a valorizar a minha identidade e a buscar conhecimento, sonhando em um futuro em que a inclusão e o respeito fosse a norma, não a exceção, mas a minha vontade de aprender a ler era tanta, que eu aguentava ela me chamar de macaca, além de outros apelidos pejorativos.

Aprendi escrever, escrevendo cartas para o padre na cadeia, pois todo final de mês um trabalhador ia visitá-lo e levava as cartas para informar como estava a luta aqui fora e trazer as recomendações para dar continuidade na luta. Minha infância, adolescência e juventude transcorreram assim, e eu sempre interessada em aprender e estudar, apesar das dificuldades de acesso. Através de muita luta:

O contexto educacional recente do mundo rural vem sendo transformado por movimentos instituintes que começaram a se articular no final dos anos 1980, quando a sociedade civil brasileira vivenciava o processo de saída do regime

militar, participando da organização de espaços públicos e de lutas democráticas em prol de vários direitos, dentre eles, a educação do campo. A educação, como direito de todos ao acesso e à permanência na escola, está consagrada na Constituição brasileira (art. 206), que indica a necessidade de elaboração, financiamento, implementação e avaliação de políticas mantidas pela União, estados e municípios (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 239).

Com o decorrer do tempo, me casei no ano de 1984, e mudei para outra região no município de São Félix do Xingu, no Pará e tive três filhos. Em 1993 perdi meu pai e em 1997 meu esposo foi vítima de assassinato por um pistoleiro. Fiquei com três filhos pequenos e devido a tantas ameaças tive que migrar para o estado do Tocantins.

Em 1998 consegui um lote da reforma agrária no município de Nova Olinda-TO. Em 2000 fui convidada para participar do segundo Pronera de alfabetização de jovens e adultos. Nesse tempo fiz o primeiro Pronera, que já era o segundo Pronera de jovens e adultos do Tocantins, junto com meu amigo Cacheado⁵, como era chamado Raimundo Nonato Silva de Oliveira, pessoa com a qual aprendi muito, mas infelizmente, dia 13 de dezembro 2022 foi assassinado brutalmente.

Hoje, venho prestar uma homenagem sincera ao meu querido amigo cacheado, que partiu de forma brutal, mas cujo legado de luta e coragem permanece vivo em nossos corações. Ele não era apenas um amigo; era um verdadeiro guerreiro, sempre disposto a lutar por justiça e pelos direitos de todos, especialmente na busca por uma educação digna e pela reforma agrária.

Seu sonho de se formar em Serviço Social era movido pela vontade de fazer a diferença, de transformar vidas e promover a inclusão. Ele acreditava que a formação acadêmica era uma ferramenta poderosa na luta por direitos, e dedicava suas horas a estudar e a mobilizar outros jovens em torno dessa causa.

Além de sua paixão pela educação, ele também se uniu à luta pela terra, reconhecendo que o acesso a terra é fundamental para a dignidade e sobrevivência

⁵ Raimundo Nonato Oliveira, popularmente conhecido como Cacheado, era militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Tocantins, foi assassinado no município de Araguatins/TO. Iniciou sua militância nas comunidades Eclesiais de Bases, participando da Pastoral da Juventude Rural-PJR/CPT. Nos anos 2000, ingressou no MST, contribuiu com movimentos sindicais e partidos políticos, como PT, PCdoB e PSOL. Tanto o Movimento como o próprio Cacheado sempre foram criminalizados e perseguidos pelos latifundiários, grandes grileiros de terra pública na região do Bico do Papagaio. No decorrer do período do governo Bolsonaro, as ações de criminalização e risco de assassinatos de militantes sociais, sobretudo os que lutam pela terra, ficaram muito evidentes, se acirrando, ainda mais, no período eleitoral e pós-eleições neste ano de 2022. Disponível em <https://mst.org.br/2022/12/13/militante-do-mst-e-assassinado-na-regiao-do-bico-do-papagaio-no-tocantins/>. Acesso em 12/03/2025.

de muitas famílias. Sua determinação em defender a classe trabalhadora para um futuro mais justo para todos os que convivem em situação de vulnerabilidade, era admirável.

Infelizmente, sua jornada foi tragicamente interrompida, mas sua bravura e compromisso com a justiça social continuarão a inspirar cada um de nós. Neste momento, celebramos sua vida e sua luta, prometendo honrar sua memória e seguir adiante em busca de um mundo mais justo. Que seu espírito continue a nos guiar, e que possamos fazer valer os ideais pelos quais ele lutou tão incansavelmente. Que seu espírito de luta continue vivo em cada lutador e lutadora, amigo Cacheado. Sua luta não será esquecida.

Nossa luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida no campo, sempre foi marcada pelo direito à educação, uma luta travada no campo, em diversas partes do país, sempre priorizou meus estudos.

Neste sentido, a década de 1990 foi importante para consolidar outros movimentos pela universalização do direito à educação básica e às diversas modalidades de educação (educação de jovens e adultos – EJA, educação especial, educação do campo) que reconfiguraram os espaços públicos e privados no quadro das lutas populares, ampliando o campo de conquista de direitos (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 239).

Nesse contexto de conquistas e de lutas, em 2005 passei por um grande abalo emocional, perdi minha mãe e demorei a me estabilizar. Porém, no ano de 2008 fui convidada para fazer magistério na Escola Família Agrícola (EFA) da cidade de Porto Nacional pelo Pronera. Lembrando que a EFA promove o acesso do jovem camponês à escola, utiliza-se da pedagogia da alternância e incentiva o processo produtivo sustentável como fonte de renda, aprimorando as atividades da agricultura familiar. Formamo-nos em 2011.

Neste sentido, a educação no campo:

Nos processos de disputas entre os diferentes interesses sociais, a população do campo, no Brasil, vem acumulando algumas vitórias, ou seja, algumas políticas públicas que são desenvolvidas com objetivo de atender as necessidades deste povo, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), as Diretrizes Operacionais para a Escola do Campo, Cursos de Graduação voltados para a realidade do campo e outras políticas que são frutos das reivindicações dos trabalhadores por políticas públicas que contribuam para alterar os sérios problemas da educação no campo (UFBA, 2010, p. 53).

Nesse sentido, o Pronera também desempenha um importante papel entre os alunos do campo, uma vez que:

Tem como base de execução uma parceria entre organismos sociais e sindicais rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, Incra, e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB. É considerada uma parceria inédita no que se refere à posição de elevar a escolaridade de uma parcela da população rural, os assentados da reforma agrária (SANTANA et. al. 2009, p. 96).

Dando continuidade à minha formação, em 2013 fui convidada para cursar Técnico em Agroindústria, um termo de Cooperação com CONTAG, IFB, curso do PRONATEC de 1.200 horas. Porém, dois anos depois em 2015, sofri outra perda familiar, perdi um integrante da minha família para o latifúndio. Um dos meus irmãos mais velhos foi morto no acampamento no município de Wanderlândia, no Tocantins.

Em 2018, surgiu o primeiro Pronera com graduação em Serviço Social e mais uma vez, meu amigo Cacheado e eu prestamos vestibular. Passamos e iniciamos o curso. Porém, alguém veio tirar o seu sonho de se tornar um assistente social, assassinando-o. Nesse meio tempo, após o início do curso, perdi mais três irmãos. Mesmo diante de todas essas adversidades, mantenho-me firme na luta.

A luta pela terra é uma batalha intensa e pessoal, marcada por dores profundas e memórias que nunca se apagam. Em 1997, perdi meu esposo, um lutador valente, assassinado no coração do Pará, por defender o que era justo: o direito à terra e à dignidade. Ele acreditava que a terra era mais do que um pedaço de chão: era vida, sustento e esperança para nossa família e comunidade.

Cada dia desde a sua partida, tem sido uma luta constante. A memória dele se tornou minha força, me impulsionando a continuar a batalha por justiça e por aqueles que, como ele, pagaram um preço tão alto. Enfrento não apenas a dor da perda, mas também o desafio de lutar contra um sistema que muitas vezes silencia as vozes dos que mais precisam.

Tenho caminhado junto a outros que compartilham dessa dor, unindo forças para garantir que as terras sejam respeitadas e que a memória dos que lutaram por seus direitos, não seja esquecida. A luta pela terra não é apenas uma reivindicação por espaço, mas um grito por justiça, dignidade e pela vida dos que se foram. A coragem de meu esposo vive em mim, e sua luta se transforma na minha, guiando-me em cada passo dessa jornada.

Minha trajetória de militância começou aqui no Tocantins no ano de 1998, quando me mudei para o projeto de assentamento Água Branca, localizado na cidade de Nova Olinda. Criei vários grupos de mulheres direcionados para a geração de renda, produção de horta, curso de tempero natural, pinturas em tecido, decoupagem.

Criei também um grupo de alfabetização, onde a escola funcionava na vila e todos vinham a pé todos os dias. Em 2003, quando me juntei ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), lutei incansavelmente pelos direitos das mulheres rurais até 2016.

Durante esse período, tive a honra de ser diretora regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Tocantins (FETAET), onde trabalhei para fortalecer a voz das(os) trabalhadoras e trabalhadores e garantir que suas demandas fossem ouvidas. Além disso, fui presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por oito anos, período em que me dediquei a promover condições dignas de trabalho e a defender os direitos dos trabalhadores do campo. Atualmente, atuo como diretora agrária do sindicato e sou funcionária da Secretaria da Agricultura no município de Nova Olinda, Tocantins.

Essa trajetória tem sido marcada por desafios, mas também por conquistas significativas. Cada passo dado foi em busca de justiça social, igualdade de gênero e o fortalecimento das comunidades rurais. Continuo comprometida com a luta por um futuro mais justo e igualitário para todos, militando também no Partido dos Trabalhadores – PT e trabalhando pela reforma agrária e melhores condições de vida.

Ressalto que minhas leituras durante esta graduação em Serviço Social foram importantes para a elaboração do projeto de pesquisa para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A metodologia escolhida considerou a abordagem qualitativa, a qual se baseia em um conjunto de substantivos, cujos sentidos se complementam, sendo eles a “experiência, vivência, senso comum e ação, que se complementam”. Dessa forma, a análise se constrói com base em três verbos ‘compreender, interpretar e dialetizar’. A vivência, embora pessoal, envolve os ingredientes do coletivo, “em que o sujeito vive, e as condições em que ela ocorre” (MINAYO, 2012, p. 622).

Minha dedicação aos estudos cresceu e cresce a cada dia. Durante as disciplinas, aprofundei conteúdos para pensar o meu tema de pesquisa, cujo problema está voltado para a minha história de vida, relacionando-a com temas a ela imbricados, como por exemplo, reforma agrária e os conflitos no campo.

A reforma agrária e os conflitos no campo são temas profundamente enraizados na história social e econômica do Brasil. No estado do Tocantins, essas questões se tornam ainda mais relevantes em função de suas particularidades regionais. A motivação para investigar esse tema é pessoal e íntima, refletindo minha

própria trajetória de vida e as experiências vividas durante a infância entre os anos de 1975 e 1980, período marcado pela Guerrilha do Araguaia⁶.

2.1 Minhas reflexões sobre reforma agrária a partir de referências bibliográficas

Minha experiência de vida, formação que aqui foi relatada, em diálogo com as leituras e reflexões nos diversos grupos e momentos, permitiu que eu elaborasse as concepções que seguem sobre a reforma agrária. Nesse sentido, posso afirmar que os primeiros grupos organizados em favor da reforma agrária surgiram nas ligas camponesas do Nordeste, posteriormente expandindo-se para a maior parte do país, desde 1945, com o suporte do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Naquela época, a batalha pela terra estava vinculada a uma série de reivindicações relacionadas aos direitos fundamentais do trabalho, saúde, previdência e educação, fundamentadas no direito à autogestão dos grupos sociais.

Segundo Garcia Junior (1990) desde o começo, as associações congregaram trabalhadores salariados de usinas sucroalcooleiras, residentes, meeiros e pequenos arrendatários com condições muito precárias. Todas essas categorias eram frequentemente banidas de seu local de trabalho ou expulsas de suas fontes de trabalho de acordo com as demandas dos patrões e proprietários. Este foi o primeiro obstáculo ao não se implementar, no momento, políticas públicas que favoreçam a reforma agrária de maneira mínima.

Importante mencionar que, no Brasil, a implementação da reforma agrária ocorreu por meio de duas abordagens: a Reforma Agrária “convencional” e a Reforma Agrária de Mercado. A Reforma Agrária convencional se desenvolve através de 9 estratégias para aquisição de terras sendo elas: Adjudicação, Cessão, Compra, Confisco, Desapropriação, Doação Incorporação, Reconhecimento e Transferência, resultando em 20 categorias de assentamentos, conforme dados do (DATALUTA, 2011).

⁶ A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como ‘Bico do Papagaio’. Ocorreu entre meados da década de 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) chegaram à região - o lendário Osvaldão, em 1966 -, e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, especialmente treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros. PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7yNB4vJFZrc5Qp5LWMGSnb/>>, Acessado em 12/03/2025.

A Reforma Agrária de Mercado se concretiza por meio de 7 fontes de financiamento, sendo elas: Projeto de Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT), Crédito Fundiário (CF), Combate a Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar (NPT/CAF) e Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural (NPT/CPR), segundo dados do DATALUTA / Fernandes (2008).

No período de 1961 a 2009 foram estabelecidos no Brasil 8.637 assentamentos provenientes de imigrante da Reforma Agrária. Esses assentamentos resultam da batalha dos camponeses para adquirir ou manter a terra, bem como da reação do Estado a esses conflitos. A situação agrária de cada época afeta a instalação dos assentamentos rurais.

A macrorregião Nordeste concentra a maior parte deles, representando 45% do total, seguido pelo Norte, com 22%. O Norte é a macrorregião com o maior número de tipos, abrigando 18 dos 20 existentes em todo o país. Isso pode ser justificado porque, a partir de meados da década de 1960, a repressão policial se torna mais intensa.

Desde a introdução dos assentamentos no Brasil, esta área tem sido objeto de inúmeras políticas. Inicialmente, foram os planos de colonização implementados durante o Período Regencial Militar, uma das medidas implementadas para integrar essa área à economia do país. Além dos planos de colonização associados à colonização, projetos de reforma agrária também foram estabelecidos.

Ao mesmo tempo que o Estado assumiu a responsabilidade pela instalação dos primeiros, concedendo as terras aos proprietários, no segundo caso, empresas privadas elaboravam os projetos e negociavam as terras juntamente com os colonos (Garcia Junior, 1990). Os dois ajudaram a desterritorializar posseiros e indígenas. Em seguida, surgiram os assentamentos de natureza agroflorestal, implementados com mais vigor durante o mandato do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Neles, são realizadas atividades extrativistas que requerem uma maior quantidade de terra em comparação com as atividades agrícolas. Quando se considera a sobrevivência das famílias, os assentamentos agrícolas são considerados.

Os tipos mais abundantes são o PA e o PE. Estes locais de assentamento originam-se na batalha pela terra, particularmente por meio de ocupações, sendo geralmente destinados a agricultores sem-terra. O governo federal implementa o PA e os governos estaduais o PE. Depois da implementação dos Planos de Ação pelos

governos, os PE's foram implementados pelos próprios. As administrações estaduais são reconhecidas pelo Governo Federal.

Segundo Ramos Filho (2008) a implementação da Reforma Agrária de Mercado teve início durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o objetivo de sugerir uma política de assentamentos rurais que não dependesse exclusivamente das ações de desapropriação. Ela é implementada por meio de programas de financiamento, como os agricultores devem pagar os lotes posteriormente por elas são favorecidos.

No Brasil, há 17.752 negócios originados deste modelo de reestruturação agrária. A região Sul detém 62% do total, com o Nordeste ocupando a segunda posição, com 25%. No entanto, ao discutir a quantidade de famílias envolvidas nos projetos, nota-se que 72% estão concentradas no Nordeste, enquanto 13% estão no Sul, ocupando a segunda posição.

Essa discrepância pode ser justificada pelas modalidades de financiamento disponíveis nessas macrorregiões. No Nordeste, predominam as estratégias voltadas para a luta contra a pobreza rural, com ênfase no CPR e no PCT. Estas diretrizes propõem a instalação das famílias através de associações, estruturadas em grupos e não de forma individual.

A Reforma Agrária de Mercado disponibiliza opções de financiamento adaptadas às características do campesinato em cada região macrorregional. No Nordeste, a meta é enfrentar a pobreza no campo, enquanto no Sul, o foco é fortalecer a agricultura familiar. No Nordeste, são formados menos assentamentos, mas um número maior de famílias é beneficiado. Por outro lado, no Sul, há um aumento no número de assentamentos, porém com menos famílias sendo atendidas, segundo Coca (2013).

A Reforma Agrária de Mercado tem progredido em todas as direções. As macrorregiões brasileiras proporcionam aos camponeses favorecidos por elas, o acesso a serviços básicos por meio de um investimento financeiro. Ramos Filho (2008) revela um nível de conscientização entre os beneficiados desses empreendimentos. Política consideravelmente inferior à observada em assentamentos originados da Reforma Agrária.

Portanto, à medida que são assentados, enfrentam desafios para se estabelecer e manterem-se independentemente em suas áreas. Considerando essa circunstância, o escritor acima mencionado, afirma que, ao longo do tempo, ele se

sente mais confortável. A Reforma Agrária é um campo político, enquanto a Reserva Ambiental Marinha é uma área econômica.

2.2 Sobre a reforma agrária no Tocantins

Os primeiros embates agrários no Tocantins ocorreram quando este ainda pertencia ao Norte de Goiás. Rodrigues et al. (2017) afirma que tudo teve início com a chegada de imigrantes provenientes de diversos estados brasileiros, que se deslocavam com o objetivo de aprimorar suas condições de vida. Conforme a autora, o propósito era localizar áreas propícias para a agricultura e pecuária, uma vez que as terras do extremo Norte do estado de Goiás não tinham documentação e, consequentemente, não tinham proprietários. Portanto, na década de 60, invasores e proprietários rurais de diversas regiões do país migraram para o norte de Goiás, que atualmente é o estado do Tocantins.

Os donos de terras tinham documentos de terras cedidos pelo estado. Contudo, essa documentação não era vista como legal, já que os documentos apresentados eram apenas registros de paróquias. Com o passar dos anos, o número de imigrantes cresceu e a disputa por terras também. A ausência de documentos legais das terras só piorou a situação, resultando nos primeiros conflitos agrários, Rodrigues et al. (2017).

Portanto, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu um dos maiores conflitos agrários do país entre o Tocantins (então Norte de Goiás) e os estados do Pará e Maranhão, conhecido como a Guerrilha do Araguaia. A Guerrilha do Araguaia foi uma ação armada contra a ditadura militar, marcada por intensos conflitos entre posseiros, grileiros e agricultores ao longo de todo o período militar (Silva; Cunha, 2012).

Sobre o tema Rodrigues et al. (2017) relata que os proprietários rurais começaram a expulsar os ocupantes de suas terras, utilizando documentos falsificados através da grilagem. Devido às plantações, os posseiros se recusavam a deixar suas terras. Assim, os proprietários contratavam pistoleiros para eliminar aqueles que demonstrassem resistência em deixar suas propriedades.

Silva (2013) afirma que com os ataques de pistoleiros e à intensa repressão do regime militar, muitos camponeses sofreram a violência do estado militar. Numerosos agricultores foram detidos, torturados e brutalmente assassinados. Desde 1975, quase mil trabalhadores foram assassinados. Líderes sindicais, religiosos,

advogados, todos os que apoiaram e se envolveram na luta camponesa foram perseguidos. Alguns antigos residentes da área se referem ao estado de sítio prolongado imposto pela ditadura, que supriu a liberdade de reunião e associação. Pior ainda, o que se seguiu violou a integridade pessoal de agricultores, residentes e líderes comunitários.

Os posseiros começaram a se organizar como estratégia de resistência e proteção, contando com o suporte da Comissão Pastoral da Terra - CPT. O Padre Josimo Moraes Tavares, um dos coordenadores da CPT, ganhou reconhecimento por sua defesa dos trabalhadores do campo. Ao longo de sua carreira, ele apoiou várias famílias que batalhavam pela posse de terras. O padre Josimo, além de proteger as famílias em situação de desabrigado, batalhava por uma causa justa para elas, vista pelos fazendeiros como um adversário. No entanto, mesmo diante de ameaças dos donos das terras, ele não se intimidava em lutar por essa causa Rodrigues et al. (2017).

O padre Josimo Tavares, persistente, “provocava temor e ódio entre os agricultores da região e em 1986, foi assassinado com dois tiros nas costas, ao subir as escadas do edifício onde estava instalado o escritório da CPT” (SILVA; CUNHA, 2012). A execução do padre Josimo, juntamente com todos os posseiros e camponeses implicados nos conflitos agrários que ocorreram na região, evidencia a ganância por terras e o desejo de poder dos grandes proprietários rurais.

Com a instauração da democracia no país, em 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a nova Constituição Federal do Brasil, o plano de divisão territorial que previa o desmembramento do estado de Goiás foi aprovado, contemplando a formação do Estado do Tocantins (Brasil, 1988).

Barbosa (2016) cita dados do IBGE de 2012, indicando que o Tocantins ocupava a décima posição em extensão territorial, com uma área de 277.720.520 km², representando 5,3% da área da Amazônia Legal. Em 2018, o IBGE registrou uma população de 1.555.229 habitantes no estado, distribuídos em 139 municípios. A formação de sua população foi impulsionada pelo processo de migração que começou na década de 1970. Portanto, pessoas provenientes de estados como Maranhão, Goiás, Piauí, Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais e outros, chegaram ao Tocantins.

O autor acima mencionado aborda ainda, que embora o Tocantins tenha passado por um processo migratório durante a sua formação, a sua estrutura fundiária não mudou. Ao contrário, à medida que a população cresceu, os índices de

concentração de terra também aumentaram, tanto em relação ao número de propriedades imobiliárias quanto à extensão dessas propriedades em hectares.

Neste contexto, a região Norte se sobressai como uma parte do território onde predominam várias formas de exploração capitalista no campo, incluindo: a mineração, a construção de barragens para a instalação de usinas hidrelétricas, o agronegócio, que inclui a agricultura empresarial, a agroindústria de insumos agrícolas e o processamento de produtos agrícolas. Esses produtos são os que definem o modelo de desenvolvimento capitalista no setor agrícola.

Este modelo de crescimento capitalista, que se baseia na exploração dos recursos naturais (desmatamento de florestas para a criação de gado, plantações de soja e carvoarias) no meio rural, é o que prevalece no estado, sem qualquer preocupação com o avanço de práticas agrícolas sustentáveis e a exploração sustentável da floresta.

Silva; Cunha (2012) esclarecem que o progresso da agricultura empresarial no Tocantins, de acordo com os coordenadores da Comissão Pastoral da Terra, tem um impacto negativo na sociedade, pois “expulsa indivíduos que historicamente e culturalmente pertencem a certas regiões, como comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco, tornando mais difícil o acesso à terra por comunidades tradicionais”.

Barbosa (2016) discute sobre a agricultura patronal, destacando que ela é favorecida por entidades governamentais. Em contrapartida, a agricultura de subsistência, apesar de envolver um número maior de indivíduos, é a que recebe menos incentivos governamentais. O escritor continua afirmando que os camponeses, além da histórica barreira de acesso à terra, quando conseguem, enfrentam um conjunto de obstáculos que incluem o Estado, a agricultura capitalista e o latifúndio, que exploram e expropriam suas terras.

Silva (2012) argumenta que, devido à concentração de terras no Tocantins, os trabalhadores do campo obtiveram o suporte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que começou suas atividades no Estado em 1998 e tem sua sede em Palmas, Tocantins. O MST tem desempenhado um papel fundamental na manutenção dos assentamentos já alcançados e no reforço das demandas por um lote de terra para os trabalhadores do campo que ainda não foram assentados, que possam cultivar e viver da agricultura familiar.

Em seus estudos, Barbosa (2016) utiliza informações do INCRA. Ele apresenta o seguinte número de assentamentos estabelecidos pelo governo federal no Tocantins: Governo Sarney e Governo Itamar Franco (1987 a 1989), totalizando 34 assentamentos com 3.167 famílias; Governo FHC (1995-2002) com 206 assentamentos, totalizando 14.661 famílias; Governo Lula (2003 a 2010), com 126 assentamentos; Governo Dilma (2011 a 2015) 11 assentamentos construídos; com 733 lares.

Conforme o autor acima, os assentamentos estabelecidos durante os governos de Sarney e Itamar pertenciam ao estado de Goiás e foram reconhecidos pelo INCRA após 1988. As informações indicam que o auge da reforma agrária no Tocantins ocorreu durante a administração de Fernando Henrique Cardoso - FHC.

Importante mencionar ainda, de acordo com Barbosa (2016), que esta ação não implica que ele era um governo de pensamento progressista favorável à política de reforma agrária. Isso ocorreu devido às intensas lutas dos movimentos sociais e sindicais em nível estadual e nacional durante esse período, além do massacre de camponeses em Eldorado dos Carajás (curva do S) no Pará, um evento que teve um impacto negativo sobre o seu governo.

O programa de crédito fundiário criou 143 reassentamentos, um número bastante significativo quando comparado aos dados mencionados anteriormente. No Tocantins, o programa de crédito fundiário se expandiu para 60 municípios, estando vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, ao órgão do governo estadual-SEAGRO-Ruraltins e a entidades das prefeituras locais (Barbosa, 2016). Os números também indicam que o governo federal e o estadual não promoveram a reforma agrária no Tocantins, exceto através da aquisição e venda de terras (crédito fundiário), favorecendo os grandes proprietários de terras.

Oliveira (2007) ainda acrescenta que a estratégia do Estado tem sido buscar a desorganização dos movimentos, atuando para tentar frear seus progressos. Segundo Barbosa (2016) os avanços nas disputas dos agricultores no Norte, impulsionados por sindicatos, pastoral social, grupos sociais, associações privadas e ONGs, resultaram em uma série de iniciativas que envolvem tanto a participação direta quanto indireta dos agricultores na luta e recuperação das terras.

Apesar da falta de completa harmonia entre os diferentes movimentos que lutam por terra, cada um deles aborda a luta contra os grandes proprietários de terra de sua própria forma, sendo esses os principais oponentes dos agricultores. Com isso

é possível afirmar que todas as conquistas obtidas nesse processo estão intimamente relacionadas às lutas sociais no campo que estimularam a reforma agrária em Tocantins.

De acordo com Silva (2012), devido à ausência de apoio governamental por parte do Estado, o MST tem procurado colaborar com outros movimentos para evitar atuar de maneira isolada, como o Movimento de Luta pela Moradia de Palmas, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

Por fim, o autor mencionado afirma que conforme a coordenação estadual da área de educação do MST de 2011, referida por ao longo dos anos, o MST tem conseguido, através de acampamentos e demandas, a criação de assentamentos em várias cidades do Tocantins. Como resultado dessas demandas, também surgem casos de violência extrema que afetam os trabalhadores rurais e seus aliados.

2.3 Breves apontamentos sobre violência e conflitos no Tocantins

Barbosa (2016) afirma que no Tocantins, os trabalhadores do campo, apoiados principalmente pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, vêm exercendo pressão sobre o governo para a criação de novos assentamentos e a regularização (documental, infraestrutura, água, energia etc.) dos assentamentos já estabelecidos. Devido à pressão social na batalha pela terra e pela reforma agrária, nota-se também um crescimento na violência.

Segundo Medeiros (2013) nos diversos Estados da Federação, têm ocorrido lutas pela posse de terras, em sua maioria pacíficas, embora ocasionalmente ocorram confrontos violentos. Eram e continuam sendo disputas ocasionais e improvisadas. Os culpados por tais acontecimentos são os proprietários de terras, os constantes opressores dos agricultores, que remontam ao período do descobrimento do Brasil. Qualquer intensificação de contradições e tensões só é possível graças à pressão exercida pelos latifundiários e seus subordinados, que conduzem as massas a um estado extremo de insatisfação incontrolável.

Um estudo conduzido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e publicado pelo G1 Tocantins em 2017 revela que o número de conflitos no campo no Tocantins

triplicou de 2015 para 2016. Em 2015, ocorreram 34 conflitos, enquanto em 2016, esse número aumentou para 105 ocorrências⁷.

Segundo Nunes (2013) no Tocantins, o suporte do governo tem sido crucial para o progresso do agronegócio. Assim, centenas de milhões de dólares são alocados para empresas privadas investirem no crescimento do setor, incluindo o fortalecimento do movimento rural, a concessão de terras públicas, a flexibilização das leis ambientais e a concessão de benefícios fiscais para corporações transnacionais que operam no campo. Já Santos (2000, p. 7) também declara que a resposta do Estado tem sido a criminalização do problema da terra, um elemento que contribui para a não implementação da reforma agrária tanto no Estado quanto no país.

Fernandes (2001) relata que a estrutura organizacional de uma profissão surge da necessidade de sobrevivência. Portanto, os sem-terra desenvolveram diferentes estratégias de luta e resistência baseadas na realidade em que vivem. Assim, a implementação de guardas noturnos atua como um mecanismo de alerta e defesa contra as investidas de pistoleiros e o furto de plantações. No entanto, sabemos que isso não é o bastante para resguardar os acampamentos da violência.

A partir do que vi e vivi desde minha infância, em relação a reforma agrária e os conflitos no campo, embora eu fosse muito criança e não compreendesse plenamente a complexidade dos acontecimentos ao meu redor, as memórias da luta por direitos e da resistência à opressão estão profundamente gravadas em minha memória. Meu pai, um sindicalista engajado, e minha mãe, uma quebradeira de coco, representavam dois mundos interligados: a luta por dignidade no trabalho e a busca por um modo de vida que valorizasse a cultura e as tradições locais.

As narrativas de resistência e luta por justiça social que permeavam nosso cotidiano moldaram minha compreensão sobre as desigualdades que afligem o campo brasileiro. As histórias contadas em casa, somadas ao clima de tensão e resistência que permeava a região, despertaram em mim uma curiosidade e um desejo de entender as raízes dos conflitos agrários que ainda persistem até hoje.

A Guerrilha do Araguaia, embora distante, refletia um contexto de luta por terra e direitos, onde milhares de pessoas buscavam se libertar das amarras de um sistema que marginalizava suas vozes e suas necessidades. Essa luta se manifestava nas

⁷ Maiores informações, segue matéria completa disponibilizada no link <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/numero-de-conflitos-no-campo-triplica-em-um-ano-no-tocantins.ghtml>>, Acessada em 12/03/2025.

ações de homens e mulheres que, como meu pai, se levantaram contra a injustiça e a desigualdade. Assim, a pesquisa sobre reforma agrária e conflitos no campo se justifica não apenas pela relevância acadêmica, mas também pela necessidade de resgatar e compreender essas narrativas de luta, resistência e esperança.

Explorar a história da reforma agrária e os conflitos agrários em Tocantins é, portanto, uma forma de honrar a memória de minha família e de tantas outras que enfrentaram desafios semelhantes. É uma oportunidade de trazer à tona as vozes que muitas vezes são silenciadas e de contribuir para a construção de um futuro mais justo, onde o direito à terra e à dignidade humana sejam garantidos para todos.

Através desta pesquisa, busquei entender as complexidades das relações sociais no campo, as causas dos conflitos e as possibilidades de transformação, almejando não apenas um entendimento teórico, mas também um compromisso com a justiça social que permeia minha própria história de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha caminhada junto aos movimentos sociais no campo em defesa pela reforma agrária e vivenciando conflitos desde minha infância, foi o lugar de meus primeiros passos com os movimentos sociais populares e tiveram continuidade através de minha formação, que nasceu no seio das lutas pela reforma agrária e dos conflitos e vem sendo aprofundada, seguindo a mesma ideia, através dos cursos na EFA e Pronera.

Certamente, o assunto da reforma agrária é um dos mais equivocados entre os assuntos abordados. Os conflitos políticos e partidários atuais no Brasil pelo modo como é frequentemente sugerido em diversos meios, é equivocado pela vasta quantidade de informações que o acompanha, pelas paixões desproporcionais que suscita. Todos parecem ter uma opinião sobre o tema, desde a apresentadora de TV até o líder estudantil, e acreditam que sua posição os habilita a emitir uma opinião contundente e definitiva. Todos parecem possuir soluções, incluindo alguns especialistas. Contudo, são poucos aqueles que possuem o essencial na criação de conhecimento e nas propostas necessárias para a resolução de problemas sociais.

Até mesmo no ambiente acadêmico, há intérpretes tardios, desatualizados e ignorantes, estranhos ao assunto e à área, com a sede insaciável de quem chegou tarde. Entram no que denominam “sociologia militante” na expectativa de se envolverem em um embate que pode “marcar a história”. Unem a ciência com a ideologia, Marxismo propagandístico, senso comum e infundadas ira pessoal. Um grave desrespeito aos próprios trabalhadores do campo que, frequentemente, se arriscam para sobreviver. Na vida, escolhem o enfrentamento e as ocupações como a última opção, sair da pobreza e ter uma vida digna.

Uma análise sociológica sobre a situação presente do problema exige, primeiramente, a definição do espaço da reflexão a ser realizada. Seria um engano evidente pensar que ela se mistura com as diferentes propostas de reforma agrária supostamente existentes no atual embate político, reduzindo tudo à escolha entre estas. Da mesma forma, seria um equívoco conceber que a questão agrária foi gerada pelo atual chefe do Executivo ou pelo ministro da Política Fundiária atual, limitando-se ao debate administrativo relacionado ao tema fundiário. Além disso, seria um erro ainda maior acreditar que a questão agrária não possui uma trajetória, origem e

desdobramentos históricos, sociais e políticos que definem sua posição na história contemporânea.

Estamos diante de um momento histórico no qual, claramente, interesses opostos se entrelaçam e forças divergentes se esforçam em uma direção similar. Não são apenas os grupos populares que anseiam, além de uma reforma agrária, por uma reavaliação do direito à propriedade, desafiando sua legitimidade na prática. O Estado, assim como certos segmentos das elites, incluindo intelectuais, a classe média, partes das forças armadas e instituições religiosas, também estão envolvidos nessa reavaliação, embora de maneiras distintas, mesmo que haja desentendimentos sobre o que realmente pensam em comum.

A questão agrária atualmente representa um emaranhado de questões pendentes desse extenso e inacabado processo histórico. É sob essa perspectiva que pretendo analisar a política de reforma agrária do atual governo, especialmente em relação às mudanças significativas que impactam sua definição no contexto histórico presente. Também é sob esta ótica que busco expor as opiniões e conflitos em torno dos críticos da atual política de reforma agrária. Em ambos os casos, o propósito é confrontar visões, diretrizes, decisões e ações com o que, do ponto de vista sociológico, constitui o leque de possibilidades históricas para a implementação de uma reforma agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins**: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois-Tocantins. 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A contribuição do pensamento de Carlos Rodrigues Brandão para a Educação do Campo: diálogos pedagógicos e campesinistas, interdisciplinares e interdependentes. *In: Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 19, n. 53, p. 51-80, abr. 2024. Disponível em:
<file:///C:/Users/clien/Downloads/71464-form.pdf>, Acesso em 12 de março de 2025.

COCA, Estevan L. de F. Debatendo o Conceito de Reforma Agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. *In: Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v.8, n.16, p.170-197, ago., 2013.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra - Paraíba Relatório 2011**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pb_2011.pdf.>, Acesso em 10.03.2025.

DATALUTA; FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena*. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 10, nº. 11, jan.-jun./2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. **8º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. *In: Dicionário da Educação do Campo*. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

GARCIA JUNIOR, Afrânia Paul. **O Sul**: caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero e Brasília, UnB/CNPq, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

MEDEIROS, Arthur Silva de. **Antecedentes históricos da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST.** Sociologia, Antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE. – Florianópolis: FUNJAB, 2013.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 13, p. 621-626, 2012.

NUNES, Pedro Ferreira. **Estudo sobre o agronegócio tocantinense e seus efeitos econômicos e sociais Lajeado – TO.** Lajeado – TO, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, L. M. T; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. *In: Dicionário da Educação do Campo*, Caldart, R. et. al. (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (239-246).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A crise do contrato social da modernidade: o caso da “reforma agrária” do Banco Mundial. *In: Revista Formação. Presidente Prudente*, v. 02, n. 13, p. 287 – 306, 2008. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/formacao_13_v2.pdf, Acessado em 21 mar. 2025.

RODRIGUES, A. C. S. (et. al.). Reforma Agrária no Estado do Tocantins, embasamento histórico e atual na Microrregião. *In: Revista Ciência Agrícola*, Rio Largo, v. 15, Número Suplementar, p. 19-22, 2017.

SANTANA, D. M. A.; FIRMINO, E. P. M.; MAIA, M. Z. B. e NASCIMENTO, E. P. O Pronera no Tocantins: lições de uma experiência. *In: FIRMINO, E. P. M. (Org.). Tocantins do passado (re)construído e do presente em construção:* história, escola, universidade e conhecimento. 01 ed. Goiânia - GO: Editora da UCG, 2009, v. 01, p. 09-158.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil:** agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000.

SILVA, Aichely Rodrigues da; CUNHA, Valdeir Vieira da. A luta pela terra no Maranhão: caso do Bico do Papagaio. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia*, 2012.

SILVA, M. Oliveira. Os acampados da TO-050 e a luta pela terra. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Uberlândia-MG**, p. 25-43, 2012.

SILVA, Moisés Pereira da. A ditadura militar e a questão agrária no Araguaia-Tocantins. *In: Verinotio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas-ISSN 1981-061X*, n. 17, p. 8-8, 2013.

UFBA (Universidade Federal da Bahia). **Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Universidade Federal da Bahia**, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: Editora, 2010.